



Energisa Paraíba | Resultados do 1º trimestre de 2013

Cataguases, 15 de maio de 2013 - A Administração da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (“Companhia”) apresenta os resultados do primeiro trimestre de 2013 (1T13). As informações financeiras e operacionais a seguir, exceto quando indicado o contrário, são preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards - IFRS).

1 - Perfil do negócio e destaques econômico-financeiros

A Energisa Paraíba é uma distribuidora de energia elétrica que atende a mais de 1,2 milhão de clientes e uma população de aproximadamente 3,3 milhões de habitantes em 216 municípios do Estado da Paraíba, em uma área de 54.595 Km².

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia no primeiro trimestre:

Descrição	1T13	1T12	Variação %
Resultados - R\$ milhões			
Receita Operacional Bruta	385,9	390,9	- 1,3
Receita Operacional Líquida	273,2	266,9	+ 2,4
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	73,8	58,6	+ 25,9
EBITDA	85,3	67,9	+ 25,6
EBITDA Ajustado	91,6	72,6	+ 26,2
Resultado Financeiro	(6,1)	(1,0)	+ 510,0
Lucro Líquido	58,3	43,7	+ 33,4
Indicadores Financeiros - R\$ milhões			
Ativo Total	1.426,0	1.262,9	+ 12,9
Caixa / Equivalentes de Caixa / Aplicações Financeiras	173,1	103,0	+ 68,1
Patrimônio Líquido	615,2	561,2	+ 9,6
Endividamento Líquido	424,4	372,6	+ 13,9
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.229	1.184	+3,8
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh)	926,1	847,6	+ 9,3
Energia Elétrica Total Distribuída (GWh)	1.035,0	966,3	+ 7,1
Perdas de Energia (% últimos 12 meses)	12,65	13,43	- 0,78 p.p
Indicadores Relativos			
EBITDA Ajustado / Receita Líquida (%)	33,5	27,2	+ 6,3 p.p
Endividamento Líquido / EBITDA Ajustado 12 meses (vezes)	1,2	1,4	- 14,3

Obs.: EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia.

2 - Desempenho financeiro

2.1 - Receita operacional bruta e líquida

No 1T13, a Energisa Paraíba apresentou receita operacional bruta, sem a receita de custo de construção que é atribuída margem zero, de R\$ 362,5 milhões, ante R\$ 359,3 milhões registrados no 1T12, um aumento de 0,9% (R\$ 3,2 milhões). Já a receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, cresceu 6,2% (R\$ 14,6 milhões) no período, para R\$ 249,8 milhões.

A composição da receita líquida é a seguinte:

Empresa	Receita líquida (R\$ milhões)		Variação 1T13 / 1T12	
	1T13	1T12	Em %	Em R\$ milhões
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	360,8	348,7	+ 3,5	+ 12,1
✓ Residencial	174,4	161,0	+ 8,3	+ 13,4
✓ Industrial	38,2	48,8	- 21,7	- 10,6
✓ Comercial	74,2	74,7	- 0,01	- 1,8
✓ Rural	22,6	13,2	+ 171,2	+ 1,1
✓ Outras classes	51,4	51,0	+1,0	+ 10,0
(+) Suprimento de energia elétrica	(5,5)	0,1	-	- 5,6
(+) Fornecimento não faturado líquido	(12,6)	(6,5)	+ 93,8	- 6,1
(+) Disponibilidade do sistema elétrico	13,5	14,4	- 6,3	- 0,9
(+) Receitas de construção	23,4	31,6	- 25,9	- 8,2
(+) Outras receitas	6,3	2,6	+ 142,3	+ 3,7
(=) Subtotal - Receita operacional bruta	385,9	390,9	- 1,3	- 5,0
(-) Impostos sobre vendas	(108,5)	(104,3)	+ 4,0	- 4,2
(-) Encargos setoriais	(4,2)	(19,7)	- 78,7	+ 15,5
(=) Total - Receita operacional líquida	273,2	266,9	+ 2,4	+ 6,3

2.2 - Lucro líquido e geração de caixa

No primeiro trimestre de 2013, a Energisa Paraíba alcançou lucro líquido de R\$ 58,3 milhões, aumento de 33,4% em relação ao registrado no 1T12. Esse avanço do lucro líquido decorre em parte do acréscimo de 2,4% (ou R\$ 6,3 milhões) da receita operacional líquida no período, aliado a queda nas despesas operacionais, que reduziram em 4,3% (ou R\$ 8,9 milhões). A geração operacional de caixa (EBITDA ajustado) atingiu R\$ 91,6 milhões no período, ante os R\$ 72,6 milhões apurados no 1T12, um aumento de 26,2%.

Apresenta-se a seguir a evolução da geração de caixa da Companhia:

Composição da geração de caixa (EBITDA) - R\$ milhões	1T13	1T12	Variação %
(=) Lucro Líquido	58,3	43,7	+ 33,4
(-) Contribuição social e imposto de renda	(9,4)	(13,8)	- 31,9
(-) Resultado financeiro	(6,1)	(1,0)	+ 510,0
(-) Depreciação e amortização	(11,5)	(9,4)	+ 22,3
(=) Geração de caixa (EBITDA)	85,3	67,9	+ 25,6
(+) Receita de acréscimos moratórios	6,3	4,7	+ 34,0
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	91,6	72,6	+ 26,2
Margem do EBITDA Ajustado	33,5	27,2	+ 6,3 p.p

2.3 - Despesas operacionais

No 1T13, as despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R\$ 176,1 milhões, com queda de 0,4% (R\$ 0,7 milhão) em relação ao 1T12. Deste total, o crescimento das despesas controláveis foi de 2,0% (R\$ 0,9 milhão), totalizando R\$ 46,0 milhões. Já as despesas não controláveis de compra de energia elétrica e transporte apresentaram redução de 1,7% (R\$ 2,0 milhões) no trimestre.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Decomposição das despesas operacionais (R\$ milhões)	Trimestre		Variação 1T13 / 1T12	
	1T13	1T12	Em %	Em R\$ milhões
1 - Despesas controláveis	46,0	45,1	+ 2,0	+ 0,9
1.1 Pessoal (inclui fundo de pensão)	24,6	22,9	+ 7,4	+ 1,7
1.2 Material	3,0	3,0	-	-
1.3 Serviços de terceiros	18,4	19,2	- 4,2	- 0,8
2 - Despesas não controláveis (compra de energia e transporte)	114,0	116,0	- 1,7	- 2,0
3 - Depreciação e amortização	11,5	9,4	+ 22,3	+ 2,1
4 - Provisões contingências e devedores duvidosos	(0,1)	2,1	-	- 2,2
5 - Outras despesas/receitas	4,7	4,2	+ 11,9	+ 0,5
Subtotal	176,1	176,8	- 0,4	- 0,7
6 - Custo de construção	23,4	31,6	- 25,9	- 8,2
Total	199,5	208,4	- 4,3	- 8,9

2.3 - Resultado financeiro

O resultado financeiro líquido (receitas financeiras menos despesas financeiras) no 1T13 representou uma despesa financeira líquida de R\$ 6,1 milhões, ante uma despesa financeira líquida de R\$ 1,0 milhão no 1T12. O quadro a seguir apresenta as dívidas de curto e longo prazo, líquidas de disponibilidades financeiras (caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras) da Energisa Paraíba em 31 de março de 2013 e em 31 de dezembro de 2012:

Descrição		
Valor em R\$ milhões	31/03/2013	31/12/2012
Curto Prazo	181,4	177,1
Empréstimos, financiamentos e debêntures	163,9	156,9
Encargos de dívidas	4,4	7,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	13,1	12,5
Longo Prazo	416,1	427,4
Empréstimos, financiamentos e debêntures	365,4	376,7
Parcelamento de impostos e déficit atuarial	50,7	50,7
Total das dívidas	597,5	604,5
(-) Disponibilidades financeiras	173,1	184,3
Total das dívidas líquidas	424,4	420,2

Em 31 de março de 2013, R\$ 233,5 milhões (42,1%) do total das dívidas estão representados em dólares, provenientes em parte da emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação ao final de março de 2013 era de R\$ 118,7 milhões (US\$ 58,9 milhões). As notas têm vencimento em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ mais 10,5% ao ano.

3 - Mercado de energia

3.1 - Energia total distribuída

No primeiro trimestre de 2013 (1T13), as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão do Energisa Paraíba, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 1.059,4 GWh, incremento de 10,4% em relação a igual período do ano anterior. O consumo cativo foi impulsionado pela classe residencial, que cresceu 15,3% no período. Embora com participação relativa menor no mercado de energia, a classe rural também se destacou, com aumento de 26,6%. Já o consumo industrial, considerando os mercados cativo e livre, expandiu 2,1% no trimestre.

A energia total distribuída no 1T13 foi de 1.035,0 GWh, ante os 966,4 GWh registrados em igual período do ano passado, conforme composição seguinte:

Energia Total Distribuída por Classe de Consumo (Em GWh)

Descrição	1T13	1T12	Variação %
1) Vendas de energia a consumidores finais (Mercado Cativo)	926,1	847,6	+ 9,3
✓ Residencial	376,9	327,0	+ 15,3
✓ Industrial	133,5	149,3	- 10,6
✓ Comercial	165,6	152,4	+ 8,7
✓ Rural	79,6	62,9	+ 26,6
✓ Outras Classes	170,6	155,9	+ 9,4
2) Energia associada aos consumidores livres	133,3	112,0	+ 19,0
3) Mercado cativo + TUSD (1+2)	1.059,4	959,6	+ 10,4
4) Suprimento de energia e não faturado	(24,4)	6,8	-
5) Energia Total Distribuída (3+4)	1.035,0	966,4	+ 7,1

A Energisa Paraíba encerrou o 1T13 com 1.228.792 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,8% superior à registrada no fim de março de 2012. Já o número de consumidores livres totalizou 19 no fim de março de 2013.

3.2 - Perdas de energia

As constantes buscas de melhorias de gestão têm permitido à empresa manter bons resultados no seu desempenho operacional. Os índices de perdas vêm gradativamente se reduzindo, tendo sido alcançado mais um recorde histórico. Nos últimos 12 meses terminados em março de 2013, as perdas de energia elétrica encerraram em 12,65%, queda de 0,78 ponto percentual em relação a igual período encerrado em março do ano passado.

4 - Investimentos

Os investimentos da Energisa Paraíba totalizaram R\$ 26,9 milhões no 1T13, ante R\$ 33,3 milhões registrados no 1T12.

5 - Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes pelos serviços prestados para a Energisa Paraíba no primeiro trimestre de 2013 foi de R\$ 42 mil pela revisão contábil das demonstrações financeiras.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Demonstrações Contábeis

1. Balanço Patrimonial Ativo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	31/03/2013	31/12/2012 (Ajustado)
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalente de caixa	76.089	67.646
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	57.769	77.416
Consumidores e concessionárias	147.033	190.091
Títulos de créditos a receber	44.201	47.449
Estoques	6.206	6.363
Impostos a recuperar	32.883	38.375
Despesas pagas antecipadamente	4.365	4.423
Baixa renda	14.482	16.409
Outros créditos	21.669	13.969
Total do circulante	404.697	462.141
Não circulante		
Realizável a Longo Prazo		
Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados	39.287	39.281
Títulos de créditos a receber	40.437	42.281
Impostos a recuperar	22.719	23.884
Créditos tributários	112.976	112.804
Cauções e depósitos vinculados	25.807	25.686
Instrumentos financeiros derivativos	527	6.212
Contas a receber da concessão	170.182	147.049
Outros	3.334	1.551
	415.269	398.748
Investimentos	93	93
Intangível	595.261	607.566
Imobilizado	10.665	9.907
Total do não circulante	1.021.288	1.016.314
Total do Ativo	1.425.985	1.478.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

2. Balanço Patrimonial Passivo

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 31 DE DEZEMBRO DE 2012
(Em milhares de reais)

	31/03/2013	31/12/2012 (Ajustado)
Passivo		
Circulante		
Fornecedores	58.816	109.165
Encargos de dívidas	4.382	7.732
Empréstimos e financiamentos	162.574	156.738
Debêntures	1.343	136
Folha de pagamento	1.692	1.709
Tributos e contribuições sociais	47.251	50.235
Dividendos	-	35.391
Obrigações estimadas	7.916	6.955
Encargos do consumidor a recolher	1.138	5.538
Taxa de iluminação pública arrecadada	3.180	4.239
Benefícios a empregados - plano de pensão	13.142	12.532
Outras contas a pagar	38.065	49.385
Total do circulante	339.499	439.755
Não circulante		
Exigível a Longo Prazo		
Fornecedores	2.615	2.572
Empréstimos e financiamentos	301.053	312.370
Debêntures	64.312	64.312
Instrumentos financeiros derivativos	-	-
Tributos e contribuições sociais	15.918	14.041
Provisões para riscos trabalhistas, civis e fiscais	35.913	37.020
Benefícios a empregados - plano de pensão	50.746	50.746
Outros	747	782
Total do não circulante	471.304	481.843
Patrimônio líquido		
Capital social	386.516	386.516
Ações em tesouraria	(538)	(538)
Reservas de capital	97.540	97.540
Reservas de lucros	83.802	83.802
Resultado abrangente	(22.784)	(22.784)
Dividendos adicionais propostos	9.479	9.479
Lucros/Prejuízos acumulados	61.167	2.842
	615.182	556.857
Total do Passivo	1.425.985	1.478.455

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

3. Demonstrações de Resultados

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO
TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012
 (Em milhares de reais)

	1T2013	1T2012 (Ajustado)
Receita operacional bruta		
Fornecimento de Energia Elétrica	348.201	342.217
Disponibilização do sistema	13.458	14.406
Receita de construção	23.398	31.639
Outras Receitas Operacionais	868	2.626
	385.925	390.888
Deduções à receita operacional		
ICMS faturado	74.415	70.825
PIS, Cofins e ISS	34.049	33.457
Outras (CCC, CDE, P&D, PEE e RGR)	4.215	19.734
	112.679	124.016
Receita operacional líquida	273.246	266.872
Despesas operacionais		
Energia elétrica comprada	99.614	99.290
Encargos de uso do sistema	14.401	16.701
Pessoal	24.600	22.880
Material	2.964	3.045
Serviços de terceiros	18.359	19.193
Depreciação e amortização	11.527	9.386
Provisão para crédito de liquidação duvidosa / contingência	(138)	2.072
Custo de construção	23.398	31.639
Outras despesas	3.798	3.236
	198.523	207.442
Resultado antes das outras receitas e despesas operacionais	74.723	59.430
Outras receitas operacionais	2.262	686
Outras despesas operacionais	(3.222)	(1.555)
	(960)	(869)
Resultado antes das receitas e despesas financeiras	73.763	58.561
Resultado financeiro		
Receita de aplicações financeiras	2.110	2.330
Acréscimo moratório energia vendida	6.267	4.724
Encargos de dívidas - Juros	(10.754)	(10.810)
Encargos de dívidas - variação monetária e cambial	3.967	2.895
Marcação a mercado derivativos	(2.264)	2.130
Instrumentos financeiros derivativos	(4.587)	(4.736)
Ajuste a valor presente	451	3.809
(-) Transferências para obras em curso	743	1.077
Outras receitas (despesas) financeiras	(2.023)	(2.467)
	(6.090)	(1.048)
Resultado antes dos tributos	67.673	57.513
Imposto de renda e contribuição social	(9.348)	(13.780)
Lucro líquido do período	58.325	43.733

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

4. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

ENERGISA PARAÍBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 TRÊS MESES FINDOS EM 31 DE MARÇO DE 2013 E 2012 (Em milhares de reais)

	1T2013	1T2012 (Ajustado)
Atividades operacionais		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	67.673	57.513
Despesas (receitas) que não afetam o caixa:		
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	4.190	8.450
Depreciação e amortização	11.527	9.386
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	760	868
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais	(1.847)	(735)
Valor residual de ativos permanentes baixados	960	3.960
Instrumentos financeiros derivativos	4.587	4.736
Marcação mercado derivativos	2.264	(2.130)
Variações nas contas do ativo circulante e não circulante		
Diminuição de consumidores e concessionários	42.609	8.114
Diminuição de títulos de créditos a receber	5.233	2.089
Diminuição (aumento) de estoques	157	(598)
Diminuição de impostos a recuperar	6.657	2.779
(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	(121)	-
Diminuição (aumento) de despesas pagas antecipadamente	58	(757)
(Aumento) de outros créditos	(7.579)	(16.156)
Variações nas contas do passivo circulante e não circulante		
(Diminuição) aumento de fornecedores	(57.261)	2.261
(Diminuição) aumento de folha de pagamento	(17)	98
(Diminuição) de tributos e contribuições sociais	(9.371)	(5.091)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(1.258)	(7.904)
(Diminuição) de parcelamento de impostos		
Aumento de obrigações estimadas	961	562
(Diminuição) de encargos do consumidor a recolher	(4.400)	(1.426)
(Diminuição) aumento de outras contas a pagar	(11.804)	4.084
Caixa Líquido gerado nas atividades operacionais	53.978	70.103
Atividades de investimentos		
Aplicações no investimento	-	(33)
Aplicações no intangível	(18.579)	(21.737)
Aplicações financeiras e recursos vinculados	(48.335)	(10.145)
Resgate de aplicação financeiras	70.085	5.712
Alienação de bens do imobilizado e intangível	2.262	-
Caixa Líquido consumido nas atividades de investimentos	5.433	(26.203)
Atividades de financiamento		
Novos empréstimos e financiamentos obtidos	5.876	9.212
Pagamento de empréstimos, debêntures - principal	(8.211)	(12.881)
Pagamento de empréstimos, debêntures - juros	(12.076)	(11.483)
Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	(1.166)	(527)
Pagamentos de dividendos	(35.391)	(38.629)
Caixa Líquido consumido nas atividades de financiamento	(50.968)	(54.308)
Variação líquida do caixa	8.443	(10.408)
Saldo inicial de caixa e equivalentes	67.646	62.752
Saldo final de caixa e equivalentes	76.089	52.344
Variação líquida do caixa	8.443	(10.408)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às informações trimestrais
Período findo em 31 de março de 2013
(Em milhares de reais, exceto quando indicado ao contrário)

1 Contexto operacional

A Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia ou Energisa PB"), empresa integrante do GRUPO ENERGISA - é uma concessionária distribuidora de energia elétrica, que atua em 216 municípios no Estado da Paraíba, atendendo a 1.228.811 consumidores (informação não revisada pelos auditores independentes). A Companhia possui sede na cidade de João Pessoa, Estado da Paraíba e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 29 de janeiro de 2010.

Em setembro de 2012, o Governo Federal emitiu a Medida Provisória nº 579, convertida na Lei nº 12.783/2013 de 11 de janeiro de 2013. A referida legislação aborda os seguintes assuntos:

Renovação de concessões:

As concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, vincendas entre 2015 e 2017 poderão ser prorrogadas pelo prazo de 30 anos de forma a assegurar a continuidade, a eficiência da prestação de serviço e a modicidade tarifária.

As condições de prorrogação só serão conhecidas quando o Poder Concedente divulgar a minuta do termo aditivo ao contrato de concessão.

Redução/eliminação de encargos regulatórios:

Foram eliminados das tarifas de energia elétrica, os encargos regulatórios: RGR - Reserva Global de Reversão; CCC - Custo de consumo de combustíveis e redução da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético e modicidade tarifária.

As eliminações e redução dos encargos setoriais incidentes sobre a energia elétrica não causaram impactos diretos nos resultados, tendo em vista que a redução da receita foi em contrapartida a redução dos encargos e impostos incidentes sobre vendas.

A Companhia tem o vencimento da sua concessão em janeiro de 2031.

Abaixo estão listadas as principais obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão.

I - fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;

II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

III - organizar e manter registro e inventário dos bens vinculados à concessão e zelar por sua integridade, sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do regulador;

IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;

V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;

VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão;

VII - a concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente.

As informações referentes a revisão e aos reajustes tarifários, contas a receber da concessão, ativos vinculados à concessão, receita de construção e prazo de concessão, estão apresentados nas notas explicativas nº 9,14,15,22, 28 respectivamente.

2 Apresentação informações financeiras intermediárias (informações trimestrais)

As informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) da Companhia, aprovadas em 09 de maio de 2013 pelo Conselho de Administração, compreendem:

- As informações financeiras intermediárias elaboradas e apresentadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária e IAS 34 - Interim Financial Reporting e de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR.

As demais informações referentes às bases de elaboração, apresentação das informações financeiras intermediárias e resumo das principais práticas contábeis não sofreram alterações em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 2 às Demonstrações Financeiras Anuais referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2012 (doravante denominadas de “Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012”), publicadas na imprensa oficial em 08 de março de 2013, exceto quanto a aplicação do CPC 33 R1 (IAS 19) que alterou a contabilização dos benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões, que exigirá reconhecimento das alterações conforme ocorram, eliminando a abordagem do método do “corredor” que permitia o diferimento do reconhecimento dos ganhos e perdas atuariais. A partir do exercício de 2013 os ganhos e perdas atuariais passam a ser reconhecidos integralmente no passivo contra a rubrica “outros resultados abrangentes”, na Demonstração dos Resultados Abrangentes e no Patrimônio Líquido, líquido do imposto de renda e da contribuição social diferido.

Dessa forma, estas informações financeiras intermediárias (informações trimestrais) devem ser lidas em conjunto com as referidas demonstrações financeiras.

3 Adoção dos padrões internacionais de contabilidade

3.1 Novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB - International Accounting Standards Board

As informações referentes aos novos procedimentos contábeis emitidos pelo IASB não sofreram alterações significativas em relação àquelas divulgadas na Nota Explicativa nº 3 às Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2012, exceto quanto à aplicação do CPC 33 R1 (IAS 19), conforme citado na nota explicativa nº 2.

3.2 Ajustes e Reclassificações

CPC 33 (R1) e IAS 19 Revisada - Benefícios a empregados

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos Benefícios a empregados - plano de suplementação de aposentadoria e pensões, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seu balanço com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldos iniciais e finais do balanço de 31/12/2012 em relação aos originalmente publicados, conforme segue:

	Saldo em 31/12/2012 (Publicado)	Ajustes	Saldo em 31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo			
Ativo não circulante	1.006.041	10.273	1.016.314
Realizável a longo prazo			
Créditos tributários	102.531	10.273	112.804
Total do Ativo	1.468.182	10.273	1.478.455
Passivo			
Passivo não circulante	451.628	30.215	481.843
Benefício a empregados - plano de pensão	20.531	30.215	50.746
Patrimônio líquido	576.799	(19.942)	556.857
Lucros acumulados	-	2.842	2.842
Outros resultados abrangentes	-	(22.784)	(22.784)
Perdas atuariais, líquidas	-	(22.784)	(22.784)
Total do Passivo	1.468.182	10.273	1.478.455

	Saldo em 31/03/2012 (Divulgado)	Ajustes	Saldo em 31/03/2012 (Reapresentado)
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos			
Entidade de previdência privada	(1.058)	70	(988)
Resultado Bruto	98.613	70	98.683
Resultado antes do resultado financeiro e dos tributos	58.491	70	58.561
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	57.443	70	57.513
Imposto de renda e contribuição social	(13.756)	(24)	(13.780)
Lucro líquido do período	43.687	46	43.733

4 Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. O item não alocado compreende principalmente ativos corporativos.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 216 municípios do Estado da Paraíba.

5 Caixa e equivalente de caixa, aplicação no mercado aberto e recursos vinculados

a) Caixa e equivalente de caixa

a.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento (*)	Remuneração	31/03/2013	31/12/2012
CEF	CDB	27/03/2015 a 31/03/2015	100,5% do CDI	51.705	42.180
Mercantil	CDB	18/12/2014	105,0% do CDI	-	635
BICBANCO	CDB	10/02/2016	108,0% do CDI	3.097	-
Total				54.802	42.815
Caixa e bancos				21.287	24.831
Total caixa e equivalente de caixa				76.089	67.646

(*) As datas apresentadas representam o vencimento do título que lastreia a aplicação financeira. Por cláusula contratual, essas aplicações são resgatáveis em até 90 dias da data de sua contratação pelas taxas contratadas.

b) Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

b.1 Aplicações financeiras avaliadas ao valor justo por meio do resultado					
Instituição financeira	Tipo	Vencimento	Remuneração	31/03/2013	31/12/2012
ABC Brasil	CDB	29/04/2013 a 29/05/2013	104,0% a 104,5% do CDI	5.063	10
BB Amplo	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	5.719	-
BES	CDB	19/03/2015 a 06/05/2015	102,5% a 103,0% do CDI	12	12
BICBanco	CDB	10/02/2014 a 26/08/2014	98,0% a 115,0% do CDI	11	3.144
BMG	CDB	16/12/2013 a 24/01/2014	112,0% a 113,0% do CDI	1.824	1.792
Bradesco	CDB	25/07/2013	99,0% do CDI	316	311
Bradesco	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	84	82
BTG Pactual	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	2.295	2.263
CEF	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	683	672
CEF	Poupança	-	Poupança	87	87
HSBC	CDB	03/08/2015	100,0% do CDI	636	626
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	17.017	-
Itaú	CDB	05/08/2013 a 27/06/2014	95,0% a 101,8% do CDI	623	620
Itaú	Debêntures (**)	03/12/2013 a 06/12/2013	102,0% do CDI	309	304
Itaú	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	944	661
Nordeste	CDB	02/01/2014 a 30/07/2019	90,0% a 100,0% do CDI	34.010	35.353
Nordeste	Título de Capitalização	22/12/2013	100,0% do CDI	-	10
Pine	CDB	08/02/2017	104,0% do CDI	909	894
Safra	Debêntures (**)	31/05/2013	101,8% do CDI	34	-
Safra	Letra Financeira	31/01/2013	108,5% do CDI	-	52.993
Santander	Fundo de Investimento	-	Benchmark CDI	8.865	3.903
Standard Bank	CDB	02/05/2013	90,0% do CDI	4	4
Votorantim	Debêntures (**)	31/05/2013	104,0% do CDI	5.054	-
				84.499	103.741
b.2 Aplicações financeiras mantidas até o vencimento					
Itaú	Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	29/12/2020	100,0% do CDI	3.975	4.527
Mercantil	DPGE	15/05/2014	113,0% do CDI	8.582	8.429
				12.557	12.956
Total aplicações no mercado aberto e recursos vinculados				97.056	116.697
Circulante				57.769	77.416
Não Circulante				39.287	39.281

(**) Operações compromissadas em debêntures - São operações de venda de títulos com compromisso de recompra assumido pelo vendedor, concomitante ao compromisso de revenda assumido pelo comprador. Essas operações possuem liquidez imediata, são remuneradas pelo CDI e estão lastreadas em debêntures emitidas pelo Banco.

6 Consumidores e concessionárias

Classes de Consumidores	Saldos vincendos (1)	Vencidos					31/03/2013	31/12/2012
		até 30 dias	de 31 a 90 dias	de 91 a 180 dias	de 181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		
Residencial	22.138	16.311	6.458	2.786	499	69	48.261	38.400
Industrial	14.042	929	253	355	368	5.425	21.372	27.293
Comércio, serviços e outras atividades	17.296	3.892	1.345	871	1.085	1.369	25.858	27.650
Rural	2.546	1.193	638	447	307	55	5.186	5.584
Poder Público:								
Federal	2.233	209	40	37	10	2	2.531	2.808
Estadual	3.580	335	64	56	17	-	4.052	4.494
Municipal	2.556	239	46	40	12	-	2.893	3.208
Iluminação pública	4.532	574	193	255	179	6	5.739	7.537
Serviço público	3.738	3.589	5.467	82	115	1	12.992	5.237
Subtotal - consumidores	72.661	27.271	14.504	4.929	2.592	6.927	128.884	122.211
Concessionárias (2)	-	-	-	-	-	1.526	1.526	32.306
Fornecimento não faturado	26.566	-	-	-	-	-	26.566	39.167
Outros	1.696	-	-	-	-	-	1.696	7.597
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	-	(3.200)	(1.701)	(6.738)	(11.639)	(11.190)
Total - Circulante	100.923	27.271	14.504	1.729	891	1.715	147.033	190.091

(1) Os vencimentos são programados para o 5º dia útil após a entrega das faturas, exceto os clientes do Poder Público que possuem 10 dias úteis para efetuar os pagamentos.

(2) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

Os saldos junto a CCEE de energia vendida montam em R\$1.526 (R\$32.285 em 31 de dezembro de 2012) e está registrado no contas a receber. Na rubrica "fornecedores" no passivo circulante, estão registrados os valores de aquisição de energia elétrica e os encargos de serviços de sistema no montante de R\$8.060 (R\$11.011 em 31 de dezembro de 2012), referentes à:

Composição dos créditos da CCEE	31/03/2013	31/12/2012
Saldos a vencer	-	30.288
Créditos vencidos (*)	1.526	1.997
	1.526	32.285
(-) Aquisições de energia na CCEE	(7.701)	-
(-) Encargos de serviços do sistema	(359)	(11.011)
	(6.534)	21.274

(*) A Companhia possui provisão para crédito de liquidação duvidosa.

7 Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida, que na sua grande maioria são atualizados com base na variação do IGPM. Determinadas operações que foram renegociadas com taxas diferentes a praticada para esse conjunto de contas a receber, tiveram seus valores a receber ajustados ao valor presente com base na variação da taxa do CDI.

Em 31 de março de 2013, os saldos estão demonstrados como se segue:

	31/03/2013	31/12/2012
Títulos de créditos a receber	109.650	114.883
Ajuste a valor presente	(9.569)	(10.021)
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa (*)	(15.443)	(15.132)
	<u>84.638</u>	<u>89.730</u>
Circulante	44.201	47.449
Não circulante	40.437	42.281

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo circulante.

Em 31 de março de 2013, os títulos de créditos têm seus vencimentos assim programados:

Vencidos	15.443
2013	44.201
2014	13.861
2015	9.459
2016	7.675
2017	3.992
2018 em diante	5.450
Total	100.081

8 Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Movimentação das provisões	31/03/2013	31/12/2012
Saldo - inicial 31/12/2012 e 31/12/2011	26.322	23.060
Provisões constituídas no período	3.626	8.683
Reversão de provisões no período	(2.866)	(5.421)
Saldo - final circulante - 31/03/2013	<u>27.082</u>	<u>26.322</u>
Clientes, consumidores e concessionárias	11.639	11.190
Títulos de créditos a receber	15.443	15.132

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face às eventuais perdas na realização dos créditos e se baseiam nas instruções da ANEEL a seguir resumidos:

Clientes com débitos relevantes.

- Análise individual do saldo a receber dos consumidores, por classe de consumo, considerado de difícil recebimento.

Para os demais casos:

- Consumidores residenciais - Vencidos há mais de 90 dias;
- Consumidores comerciais - Vencidos há mais de 180 dias;
- Consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação pública, serviços públicos e outros - Vencidos há mais de 360 dias.
- Títulos de créditos a receber com parcelas vencidas há mais de 90 dias, são constituídas provisão dos valores vencidos e vincendos.

9 Revisão e reajuste tarifário periódico

Pela execução dos serviços, a concessionária tem o direito de cobrar dos consumidores as tarifas determinadas e homologadas pelo Poder Concedente. Os valores das tarifas serão reajustados em

Resultados do 1º trimestre de 2013

periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 4 anos sendo a próxima revisão em agosto de 2013. Neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Reajustes tarifários:

Em 21 de agosto de 2012, por meio da Resolução nº 1.338, foi homologado o reajuste tarifário da Companhia em vigor desde 28 de agosto de 2012. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento de 3,46%.

10 Baixa renda e outros créditos

	31/03/2013	31/12/2012
Baixa renda	14.482	16.409
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	9.216	7.379
Ordens de serviço em curso - outros	1.804	1.568
Ordens de desativação em curso	747	(1.641)
Adiantamentos	492	542
Subvenção CDE - desconto tarifário (*)	7.767	-
Outras	1.643	6.121
	36.151	30.378

(*)Subvenção CDE para o consumo de energia das classes: Rural - Irrigantes (Redução de 67%) e da classe de Serviço Público (Redução de 15%), homologado através do Decreto nº 7.891/2013.

Segue a movimentação do baixa renda:

	31/03/2013	31/12/2012
Saldo - inicial - 31/12/2012 e 31/12/2011	16.409	9.888
Subvenção baixa renda	23.329	87.132
Ressarcimento Eletrobrás	(25.256)	(80.611)
Saldo final - 31/03/2013 e 31/12/2012- circulante	14.482	16.409

Esses créditos referem-se a subvenção da classe residencial baixa renda, com consumo mensal inferior a 220 kWh, cumprido certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético ambos sob a administração da Eletrobrás. A Administração não espera apurar perdas na realização do saldo.

11 Impostos a recuperar

	31/03/2013	31/12/2012
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	20.997	21.921
Imposto de Renda Retido na Fonte	525	353
Imposto de Renda - IRPJ	10.717	10.675
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	206	254
Contribuição do PIS e COFINS	23.145	29.044
Outros	12	12
	55.602	62.259
Circulante	32.883	38.375
Não circulante	22.719	23.884

12 Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela ENERGISA S/A, (100% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário da Energisa Minas Gerais - Distribuidora de Energia S/A (EMG), Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE), Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO), Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF), Energisa Soluções S/A (ESO), Energisa Comercializadora Ltda (ECOM), Energisa Serviços Aéreos S/A (ESER), Energisa Planejamento e Corretagem de Seguros Ltda (EPLA), Energisa Geração Rio Grande S/A (EGR), Pequena Central Hidrelétrica Zé Tunin S/A, Energisa Geração Usina Mauricio, SPE Cristina Energia S/A, Energisa Geração Centrais Eólicas RN S/A (Holding que detém o controle acionário das empresas Energisa Geração Central Eólica Renascenças I, II, III, IV e Energisa Geração Central Eólica Ventos de São Miguel S/A), Energisa Bioeletricidade (Holding que possui 85% do capital votante das empresas Tonon Bioeletricidade, Energisa Bioeletricidade Vista Alegre I e 100% das empresas Companhia Tonon Bioelétrica e Energisa Bioeletricidade Vista Alegre II) (empresas ligadas da Companhia).

Transações efetuadas durante o trimestre pela companhia:

	Energisa S.A. (a)	EBO (b)	ESER (c)	31/03/2013	31/03/2012
Serviços contratados	(5.278)	-	(226)	(5.504)	(4.978)
Energia elétrica fornecida/ (comprada)	-	1.283	-	1.283	575
Despesa financeira - custo contrato de aval (d)	(478)	-	-	(478)	-
				31/03/2013	31/12/2012
Saldo a pagar - fornecedores	1.676	-	-	1.676	1.676
Saldo a receber - consumidores e concessionárias	-	447	-	447	459

- (a) Os serviços prestados pela Controladora refere-se a serviços administrativos, suportados por contratos que foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins regulatórios.
- (b) Os valores de venda de energia estão suportados por contratos de compra e venda de energia que foram submetidos à aprovação do Poder Concedente.
- (c) Os serviços prestados pela Energisa Serviços Aéreos refere-se a serviços aéreos de prospecção.
- (d) Refere-se a comissão de aval, iniciado em fevereiro de 2013, sobre garantias da controladora sobre contratos da Companhia a razão de 1,5% a.a

Remuneração dos Administradores

No 1º trimestre de 2013, a remuneração dos membros do Conselho de Administração foi de R\$270 (R\$253 em 31 de março de 2012) e da Diretoria foi de R\$343 (R\$373 em 31 de março de 2012). Além da remuneração, a Companhia é patrocinadora dos benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida para seus diretores, sendo a despesa no montante de R\$139 (R\$149 em 31 de março de 2012). Os encargos sociais sobre as remunerações totalizaram R\$150 (R\$155 em 31 de março de 2012).

No 1º trimestre de 2013, a maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes, relativas ao mês de março, foram de R\$35 e R\$6 (R\$35 e R\$6 em 31 de março de 2012), respectivamente. A remuneração média no 1º trimestre de 2012 foi de R\$20 (R\$19 em 31 de março de 2012).

Na AGO de abril de 2013, foi aprovado o limite global da remuneração anual dos administradores para o exercício de 2013 no montante de R\$7.584 (R\$7.149 em 31 de dezembro de 2012)

13 Créditos tributários e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

Os impostos diferidos são oriundos de diferenças temporárias, que estão registrados segundo as normas do CPC 32 e apresentado conforme normas do CPC 26.

A estimativa consolidada para as realizações dos impostos diferidos está apresentada a seguir, ressaltando que as projeções de resultados utilizadas no estudo de recuperabilidade desses ativos

Resultados do 1º trimestre de 2013

foram aprovadas pelo Conselho de Administração.

Impostos diferidos reconhecidos no balanço:

	31/03/2013	31/12/2012 (Reapresentado)
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	84.123	84.219
Contribuição social	28.853	28.585
Total - não circulante	112.976	112.804

As diferenças temporárias são como segue:

	Base de cálculo	IR e CS temporário
Resultado de swap	(7.985)	(2.715)
Provisões constituídas	154.797	52.631
Crédito fiscal ágio (1)	201.644	68.559
Atualização financeira do contas a receber da concessão - VNR	(16.173)	(5.499)
Total	332.283	112.976

- (1) O benefício fiscal está sendo amortizado pelo período remanescente de exploração da concessão, segundo a curva de rentabilidade projetada, conforme aprovado pela Resolução Autorizativa ANEEL nº 759 de 12 de dezembro de 2006.

Segue as realizações dos créditos fiscais:

Período	Realização dos créditos fiscais
2013	6.805
2014	7.936
2015	7.936
2016	7.736
2017	7.736
2018 a 2022	74.827
Total	112.976

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados podem ser assim demonstrados:

	31/03/2013	31/03/2012 (Reapresentado)
Lucro antes dos impostos	67.673	57.513
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Despesa de imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(23.009)	(19.554)
Ajustes:		
Redução do imposto de renda e adicionais (*)	13.257	5.534
Outros		
Adições permanentes	404	240
Despesa de imposto de renda e contribuição social	(9.348)	(13.780)
Alíquota efetiva	14%	24%

- (*) Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDENE- auferidos no período findo em 31 de março de 2013 e 2012, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do período na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia possui redução do imposto de renda e adicionais. Em dezembro/2012 obteve aprovação do Ministério da Integração Social seu novo pedido de benefício fiscal de 75% para o período de 01/01/2012 a 31/12/2021 e ingressou com o pedido junto à Receita Federal do Brasil em fevereiro de 2013. O referido benefício fiscal consiste de redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre

o lucro de exploração.

14 Contas a receber da concessão

A Medida Provisória nº 579/2012, convertida na Lei 12.783/2013, confirmou a intenção do Poder Concedente de utilizar o VNR - Valor novo de reposição para valoração dos créditos a receber, ao final da concessão, a título de indenização dos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços outorgados.

No entendimento da Administração da Companhia, este fato alterou as condições contratuais da concessão relacionadas à forma de remunerar a Companhia pelos investimentos realizados na infraestrutura vinculados à prestação de serviços outorgados, que até o exercício de 2011, era reconhecido pelo custo histórico. A partir de 31 de dezembro de 2012 a Companhia reconhece o VNR - Valor novo de reposição, homologado pela ANEEL, dos ativos que compõe a concessão, corrigidos pela variação do IGPM. No primeiro trimestre de 2013, foi reconhecido em receita financeira - atualização do contas a receber da concessão - VNR o montante de R\$403.

O contas a receber da concessão está classificado como disponível para venda no ativo não circulante.

Segue as modificações ocorridas:

Movimentação	
Ativo financeiro -31/12/2012	147.049
Adições no período	23.100
Baixas no período	(370)
Ativo financeiro - 31/03/2013	169.779
Atualização financeira contas a receber da concessão - VNR	403
Ativo financeiro custo corrigido - 31/03/2013	170.182

15 Intangível e Imobilizado

	31/03/2013	31/12/2012
Contrato da concessão	595.261	607.566
Imobilizado	10.665	9.907
Total	605.926	617.473

Resultados do 1º trimestre de 2013

Contrato de concessão

Referem-se a parcela da infraestrutura utilizada na concessão da distribuição de energia elétrica a ser recuperada pelas tarifas elétricas durante o prazo da concessão.

INTANGÍVEL	Saldo Inicial 31/12/2012	Adição	Transferências	Baixas (*)	Amortização/ depreciação	Saldo Final 31/03/2013
Intangível em Serviço						
Custo	1.065.930	-	62.916	(6.114)	-	1.122.732
Amortização Acumulada	(401.404)	-	-	4.180	(13.011)	(410.235)
Subtotal	664.526	-	62.916	(1.934)	(13.011)	712.497
Em Curso	117.231	26.907	(65.481)	(23.158)	-	55.499
Total	781.757	26.907	(2.565)	(25.092)	(13.011)	767.996
Obrigações Especiais						
Em Serviço						
Custo	167.222	-	135	-	-	167.357
Amortização Acumulada	(26.062)	-	-	-	(2.028)	(28.090)
Subtotal	141.160	-	135	-	(2.028)	139.267
Em Curso	33.031	630	(135)	(58)	-	33.468
Total das Obrigações Especiais	174.191	630	-	(58)	(2.028)	172.735
Total Intangível	607.566	26.277	(2.565)	(25.034)	(10.983)	595.261
IMOBILIZADO						
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações e benfeitorias	1.468	-	-	(1.246)	-	222
Máquinas e equipamentos	8.654	-	2.200	(11)	-	10.843
Veículos	313	-	-	-	-	313
Móveis e utensílios	12.015	-	365	(26)	-	12.354
Depreciação Acumulada	(12.543)	-	-	19	(543)	(13.067)
Total Imobilizado em Serviço	9.907	-	2.565	(1.264)	(543)	10.665
Total Geral	617.473	26.277	-	(26.298)	(11.526)	605.926

(*) Esse total contempla o montante de R\$23.100 de intangível em curso líquido da respectiva obrigação especial em curso, transferido para o contas a receber da concessão, a partir da sua entrada em serviço.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedidas ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL nº 20/99, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinados à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização está sendo efetuada pelo prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. Em 31 de março de 2013, a taxa média ponderada de amortização utilizada é de 4,06% (3,70% em 31 de dezembro de 2012).

Resultados do 1º trimestre de 2013

O saldo do intangível e do contas a receber da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que são representadas por:

Obrigações vinculadas à concessão:	31/03/2013	31/12/2012
Contribuições do consumidor	65.668	65.037
Participação da União - recursos CDE	123.706	157.175
Participação do Governo do Estado	43.730	10.261
(-) Amortização acumulada	(28.090)	(26.062)
Total	205.014	206.411
Alocação:		
Contas a receber da concessão	32.279	32.220
Infraestrutura - Intangível em serviço	139.267	141.160
Infraestrutura - Intangível em curso	33.468	33.031
Total	205.014	206.411

As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

As subvenções da União - recursos CDE e a participação do Governo do Estado, são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE e estão destinados ao Programa Luz para Todos.

A partir da segunda revisão tarifária periódica, as obrigações vinculadas a concessão (obrigações especiais) passaram a ser amortizadas pela taxa média de amortização dos ativos. A Companhia passou a amortizar as obrigações especiais em agosto de 2009.

16 Fornecedores

	31/03/2013	31/12/2012
Suprimento:		
CCEE (1)	7.701	-
Contratos Bilaterais (1)	28.127	62.562
Uso da rede básica (1)	4.227	6.473
Conexão à rede (1)	628	286
Uso do sistema de Transmissão/ distribuição (1)	1.006	11.883
Materiais, serviços e outros (2)	19.742	30.533
Total	61.431	111.737
Circulante	58.816	109.165
Não circulante	2.615	2.572

1. Refere-se a aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.
2. Refere-se as aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição e comercialização de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 40 dias.

17 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Operações	Encargos da dívida	Principal		Total		Ref.
		Circulante	Não circulante	31/03/2013	31/12/2012	
Em moeda nacional						
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III(*)	341	-	61.000	61.341	61.339	
Eletróbrás - Luz para Todos - 1ª tranche	30	337	1.030	1.397	1.493	
Eletróbrás - Luz para Todos - 2ª tranche	74	510	2.363	2.947	3.086	
Eletróbrás - Luz para Todos - 3ª tranche	68	616	1.983	2.667	2.769	
Eletróbrás - Luz para Todos - 4ª tranche	59	444	2.178	2.681	2.769	
Eletróbrás - Luz para Todos - 5ª tranche	84	379	3.212	3.675	3.785	
Eletróbrás - Luz para Todos - 6ª tranche	10	408	3.335	3.753	3.848	
Eletróbrás - Subtransmissão	79	7.939	10.653	18.671	20.204	
Eletróbrás - Eletrificação Rural	-	7	-	7	11	
Eletróbrás - Eletrificação Rural	-	8	8	16	19	
Eletróbrás - Eletrificação Rural	-	6	6	12	14	
Eletróbrás - Devolução LPT Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	61	6.626	3.412	10.099	11.014	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	50	9.294	30.854	40.198	43.335	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	374	10.580	45.621	56.575	55.817	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	3	2.433	7.889	10.325	10.930	
Banco Itaú BBA - FINAME	50	1.578	14.576	16.204	10.702	
Total em moeda nacional	1.283	47.308	188.120	236.711	238.231	
(-) custos de captação incorridos na contratação	(44)	(281)	(1.652)	(1.977)	(2.062)	
Em moeda estrangeira						
NOTES UNITS	2.909	115.765	-	118.674	124.059	(1)
Banco Itau BBA	169	-	34.033	34.202	35.085	(2)
Citibank	65	-	80.552	80.617	81.908	(2)
Total em moeda estrangeira	3.143	115.765	114.585	233.493	241.052	
(-) Custos de captação incorridos na contratação	-	(218)	-	(218)	(381)	
Total ENERGISA PARAÍBA	4.382	162.574	301.053	468.009	476.840	

(*) Para garantia do pagamento das parcelas de curto prazo, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante R\$30.705 (R\$32.716 em 31 de dezembro de 2012), registrados na rubrica, "recursos vinculados" no ativo circulante.

- (1) O contrato relativo às NOTES UNITS, possui cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2013, as exigências contratuais foram cumpridas. O referido contrato possui proteção de swap cambial e instrumento financeiro derivativo.
- (2) Os contratos de financiamentos junto ao Banco Itaú BBA e Citibank, possuem proteção de swap cambial e instrumentos financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 25)

Resultados do 1º trimestre de 2013

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Condições contratuais dos empréstimos e financiamentos em 31 de março de 2013:

Operação	Características da Operação			Prazo Médio meses	Custo da Dívida		TIR (Taxa efetiva de juros)	Ref
	Vencimento	Periodicidade Amortização	Garantias Reais		Indexador	Tx de Juros aa		
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios- Grupo Energisa III	dez-2020	mensal, após dez 2017	Recebíveis	78	CDI	+ 0,7%	0,83%	
NOTES UNITS	jul-2013	final	-	7	Dólar	+ 10,5%	10,94%	(1)
Eletrobrás - Luz para Todos - 1ª tranche	nov-2016	mensal	Recebíveis	24	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 2ª tranche	abr-2018	mensal	Recebíveis	33	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 3ª tranche	ago-2019	mensal	Recebíveis	36	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 4ª tranche	nov-2020	mensal	Recebíveis	45	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 5ª tranche	ago-2021	mensal	Recebíveis	52	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Luz para Todos - 6ª tranche	out-2022	mensal	Recebíveis	59	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Subtransmissão	mar-2016	mensal	Recebíveis	18	RGR	+ 5,0%	5,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural I	nov-2013	trimestral	-	6	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural II	nov-2014	trimestral	-	12	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Eletrificação Rural III	nov-2014	trimestral	-	12	RGR	+ 8,0%	8,0%	
Eletrobrás - Devolução LPT	jul-2012	mensal	-	5	Selic Acumulada			
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2005-2006 (FNE)	nov-2014	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	12	pré-fixado	7,7%	7,7%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FNE)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	pré-fixado	7,8%	8,0%	(2)
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2007-2008 (FAT)	jun-2017	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	27	TJLP	+ 4,0%	4,2%	
Banco do Nordeste - Financ. Investimentos 2008-2009 (FNE)	jun-2019	mensal	Recebíveis + Fundo Reserva	39	pré-fixado	8,1%	8,1%	(2)
Banco Itaú BBA - FINAME	Até fev-2021	mensal	Aval Energisa S.A.	50	pré-fixado	2,5% a 5,5%	2,5% a 5,5%	
Banco Itaú BBA	ago-2015	final	Aval Energisa S.A.	32	Dólar	+ 3,2466	3,2466	(1)
Citibank	set-2017	anual, após set.2016	Aval Energisa S.A.	51	Libor	+ 1,8987	1,8987	(1)

(1) Possui Swap.

(2) Considera Bônus de adimplimento 25% e 15% sobre juros, para investimentos no semi-árido e fora do semi-árido, respectivamente.

Em 31 de março de 2013, os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2013
2014	26.199
2015	64.197
2016	66.347
2017	58.767
2018	32.313
Após 2018	53.230
Total	301.053

18 Debêntures (não conversíveis em ações)

Principais características das debêntures:

	1ª Emissão
Tipo de emissão	Pública
Data de emissão	15/12/2009
Data de vencimento	15/12/2014
Garantia	Quirografária
Rendimentos	CDI + 1,0% a.a
TIR (taxa efetiva de juros)	CDI + 1,06% a.a
Quantidade de títulos	80.000
Valor na data de emissão	80.000
Títulos em circulação	64.745
Carência de Juros	6 meses
Amortizações/parcelas	Final
Saldos -31/03/2013	65.655
Circulante	1.343
Não circulante	64.312
Saldos - 31/12/2012	64.448
Circulante	136
Não circulante	64.312

(*) Deduzido de R\$473 (R\$473 em 31 de dezembro de 2012), referente a custos de captação incorridos na contratação.

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de março de 2013 as exigências contratuais foram cumpridas.

O saldo das debêntures no montante de R\$64.312 tem seu vencimento programado para o ano de 2014.

Em 31 de março de 2013 as debêntures têm seus vencimentos assim programados:

	31/03/2013
2014	64.312
Total	64.312

Do total de 80.000 Debêntures objeto da 1ª Emissão da Energisa Paraíba, 64.745 Debêntures foram repactuadas em 15/12/2012 e 15.255 Debêntures foram recompradas pela Companhia em razão do direito de venda pelos titulares das Debêntures pelo montante de R\$15.255.

19 Tributos e Contribuições Sociais

	31/03/2013	31/12/2012
ICMS	21.236	22.064
Encargos Sociais	1.755	1.904
IRPJ	13.467	10.911
CSSL	8.733	6.963
PIS / COFINS	16.396	19.398
IRRF	795	1.056
Outros	787	1.980
Total	63.169	64.276
Circulante	47.251	50.235
Não circulante	15.918	14.041

20 Provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais

A Administração da Companhia, fundamentada na opinião de seus consultores jurídicos, constituiu provisão para riscos de natureza trabalhistas, cíveis e fiscais, como segue:

	Saldo inicial 31/12/2012	Provisões constituídas	Reversões de provisões	Atualização	Saldo final 31/03/2013
Trabalhistas	9.225	82	(826)	190	8.671
Cíveis	22.799	2.552	(2.843)	454	22.962
Fiscais	4.996	-	(812)	96	4.280
Total	37.020	2.634	(4.481)	740	35.913
Depósitos e cauções vinculados (*)	(8.356)	-	-	-	(9.055)

(*) A Energisa PB possui depósitos e cauções vinculados no ativo não circulante, no montante de R\$25.807 (R\$25.686 em 31 de dezembro de 2012) dos quais R\$16.752 (R\$17.330 em 31 de dezembro de 2012) não foram constituídas provisões para riscos pelo fato do prognóstico de êxito ser possível ou provável.

No período findo em 31 de março de 2013, foi pago o montante de R\$1.628, sendo de indenizações trabalhistas R\$661 e de indenizações cíveis R\$967.

Perdas prováveis:
Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto pedido de horas extras, equiparação salarial, FGTS e verbas contratuais/legais.

Cíveis

Nos processos cíveis discutem-se principalmente indenizações por danos morais/materiais e reclamações de consumidores, envolvendo débitos de energia. Há também ações judiciais de consumidores reivindicando o reembolso de valores pagos à Companhia resultantes da majoração de tarifas com base nas portarias do DNAEE nº 38 e nº 45, aplicadas durante a vigência do Plano Cruzado no ano de 1986, tendo sido constituída à época, provisão pelo valor da tarifa majorada no montante de R\$1.785.

Fiscais

Refere-se a discussões relacionadas a Cofins, PIS, INSS, ISS, ICMS e CSLL. Os processos encontram-se com a exigibilidade de seus créditos suspensa, seja por estarem em trâmite os processos administrativos, seja porque se encontram devidamente garantidas as execuções fiscais em andamento.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis:

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento em um montante total de R\$232.003 (R\$225.645 em 31 de dezembro de 2012), cuja probabilidade de êxito foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue os comentários de nossos consultores jurídicos referente as ações consideradas com riscos possíveis:

Trabalhistas

Refere-se à reclamação trabalhista, que tem por objeto responsabilidade subsidiária por débitos de terceiros no montante equivalente a R\$8.128 (R\$6.897 em 31 de dezembro de 2012).

Cíveis

Essas ações no montante equivalente a R\$57.943 (R\$58.667 em 31 de dezembro de 2012), têm por objeto pedidos relacionados, majoritariamente, à supostas diferenças a devolver decorrentes do cálculo da CVA, devolução de encargos emergenciais, supostos valores a receber em virtude da privatização da empresa e reclamações de consumidores (cobrança de irregularidade e suspensão de fornecimento).

Fiscais

Essas ações, no montante de R\$165.932 (R\$160.081 em 31 de dezembro de 2012), têm por objeto a redução da base de cálculo do IRPJ e CSSL pela amortização do ágio incorporado, diferenças de ICMS pagos sobre demanda contratada, diferenças de FGTS e taxa de uso do solo.

21 Patrimônio Líquido

21.1 Capital Social

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 619.889 ações ordinárias, 298.902 ações preferenciais classe "A" e 147 ações preferenciais classe "B", todas nominativas sem valor nominal. As ações preferenciais não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos sendo:

- Classe A - Dividendos mínimos não cumulativos de 10% ao ano, calculados sobre o capital atribuído a essa classe.
- Classe B - Dividendos obrigatórios não cumulativos previstos no Estatuto Social.

O capital social da Companhia poderá ser aumentado, por subscrição, independentemente de modificação estatutária até o limite de 6.000.000 ações, cabendo ao Conselho de Administração a deliberação sobre forma, condições da subscrição e integralização das ações bem como as características das ações a serem emitidas e o preço de emissão.

A Companhia adquiriu em 2009, para permanência em tesouraria, conforme autorizado pelo seu Conselho de Administração, 422 ações ordinárias e 356 ações preferenciais de sua própria emissão, que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$538. Por se tratar de uma subsidiária integral as ações da Companhia não possuem valor de mercado.

21.2 Dividendos

Em janeiro de 2013 foram pagos dividendos no montante de R\$35.391 (R\$51,69 por ação) aprovados na RCA de 20 de dezembro de 2012.

A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

22 Receita operacional

	31/03/2013			31/03/2012		
	Não revisado pelos auditores independentes		R\$	Não revisado pelos auditores independentes		R\$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	1.006.407	376.886	174.434	971.000	327.037	161.011
Industrial	4.520	133.457	38.225	4.593	149.340	48.783
Comercial	89.236	165.595	74.148	87.470	152.404	74.716
Rural	112.107	79.577	22.626	104.892	62.901	13.163
Poder Público:						
Federal	575	13.862	10.354	556	11.986	10.212
Estadual	3.012	18.891	8.215	2.911	16.335	8.102
Municipal	11.138	23.794	5.451	10.765	20.574	5.376
Iluminação Pública	642	55.154	13.646	632	53.936	14.809
Serviço Público	1.014	57.723	13.704	1.025	52.007	12.546
Consumo Próprio	141	1.132	-	132	1.063	-
Subtotal	1.228.792	926.071	360.803	1.183.976	847.583	348.718
Receita de Remuneração dos Ativos de Concessão	-	-	3.696	-	-	783
Suprimento	-	-	(5.472)	-	5.076	18
Fornecimento não faturado (líquido)	-	(24.352)	(12.602)	-	1.693	(6.501)
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	19	-	13.458	19	-	14.406
Venda de energia a consumidores livres	-	-	-	-	-	-
Receita de Construção	-	-	23.398	-	-	31.639
Outras receitas operacionais	-	-	2.644	-	-	1.824
Total - receita operacional bruta	1.228.811	901.719	385.925	1.183.995	854.352	390.887
Deduções da receita operacional						
ICMS	-	-	74.415	-	-	70.825
PIS	-	-	6.040	-	-	5.927
COFINS	-	-	27.804	-	-	27.302
ISS	-	-	205	-	-	228
Quota para RGR	-	-	(1.774)	-	-	3.072
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	1.253	-	-	1.134
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	618	-	-	2.158
Conta de Desenvolvimento Energético - CCC	-	-	2.113	-	-	11.556
Programa de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	2.005	-	-	1.814
Total	-	-	112.679	-	-	124.016
Total - receita operacional líquida	1.228.811	901.719	273.246	1.183.995	854.352	266.871

23 Custo de Energia Elétrica Comprada para Revenda e Encargos do Serviço de Sistema

Em função do Decreto nº 7.945/2013, a ANEEL publicará, mensalmente, o valor dos recursos da CDE a serem repassados pela Eletrobrás a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica para cobertura dos custos com aquisição de Energia Comprada e Encargos de Serviços do Sistema - ESS por motivo de segurança energética e com o risco hidrológico e exposição involuntária no mercado de curto prazo. Para os meses de janeiro a março de 2013, a ANEEL já homologou os valores, através dos Despachos SRE/ANEEL nº 954 de 02 de abril de 2013 e nº 1.312, de 30 de abril de 2013, montando R\$45.140.

Os valores foram registrados como redução de custos de energia comprada e de encargos de Serviços do Sistema.

24 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos aos riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. Os seguros da Companhia são contratados conforme os preceitos de gerenciamento de riscos e seguros geralmente empregados por empresas de distribuição de energia elétrica. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da revisão das demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram revisadas pelos nossos auditores independentes.

As apólices de riscos nomeados e responsabilidade civil são contratadas em conjunto com as demais empresas do Grupo Energisa, sendo o limite máximo de indenização os montantes constantes da cobertura securitária.

As principais coberturas são:

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual 31/03/2013 e 31/12/2012
Riscos Operacionais	23/10/2013	23.000	400
Responsabilidade Civil Geral	23/10/2013	44.572	251
Automóveis - Danos Materiais e Corporais a Terceiros.	23/10/2013	Até R\$ 200mil / veículo	184
Vida em Grupo - Morte e Acidentes pessoais	31/12/2013	74.986	346
			<u>1.181</u>

Riscos Nomeados

Na apólice contratada foram destacadas as subestações, prédios e equipamentos com seus respectivos valores segurados e seus limites máximos de indenização. Possui cobertura securitária básica tais como incêndio, raio e explosão de qualquer natureza, danos elétricos, queda de aeronave, impacto de veículo aéreo e terrestre, tumultos, equipamentos móveis, alagamento/inundação, pequenas obras de engenharia, despesas extraordinárias, inclusão / exclusão de bens e locais, erros e omissões.

Responsabilidade Civil

Apólice contratada possuindo cobertura securitária para Danos Morais, Materiais e Corporais causados a terceiros em decorrência das operações da Empresa.

Automóveis

A Companhia mantém cobertura securitária para RCF/V - Responsabilidade Civil Facultativa/Veículos, garantindo aos terceiros envolvidos em sinistros, cobertura de danos pessoais e/ou materiais incorridos.

Vida em Grupo e Acidentes Pessoais

Garante cobertura securitária no caso de morte por qualquer causa, invalidez permanente total ou parcial por acidente e invalidez funcional permanente de seus empregados.

25 Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos

Abaixo, são comparados os valores contábeis e valor justo dos principais ativos e passivos de instrumentos financeiros:

ATIVO	31/03/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Caixa e equivalente de caixa	76.089	76.089	67.646	67.646
Aplicações financeiras no mercado	97.056	97.056	116.697	116.697
Consumidores e concessionárias	147.033	147.033	190.091	190.091
Títulos de créditos a receber	84.638	84.638	89.730	89.730
Conta a receber da concessão	170.182	170.182	147.049	147.049
PASSIVO	31/03/2013		31/12/2012	
	Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Fornecedores	(61.431)	(61.431)	(111.737)	(111.737)
Empréstimos, financiamentos, debêntures e encargos de dívidas	(533.664)	(542.725)	(541.288)	(554.640)

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/2008 e à Deliberação nº 604/2009, a descrição dos saldos contábeis e do valor justo dos instrumentos financeiros inclusos no balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, estão identificadas a seguir:

Não derivativos - classificação e mensuração

Empréstimos e recebíveis:

Inclui consumidores e concessionárias, títulos de créditos a receber, outros créditos e contas a receber da concessão. São inicialmente mensurados pelo custo amortizado usando-se a taxa de juros efetiva, sendo seus saldos aproximados ao valor justo.

Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados:

Os saldos das aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimento são avaliados ao seu valor justo por meio do resultado, avaliações a mercado e/ou taxas de juros efetiva.

Passivos financeiros pelo custo amortizado:

Fornecedores - são mensurados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço, sendo o seu valor contábil aproximado de seu valor justo.

Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures

Tais instrumentos financeiros estão classificados como passivos financeiros ao custo amortizado. Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos, obtidos em moeda nacional, junto às Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, BNB e BNDES, se aproximam de seus respectivos valores justos, já que operações similares não estão disponíveis no mercado financeiro, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. No caso das debêntures de 1ª emissão e dos empréstimos do Banco Itaú BBA, Citibank, BONDS e Fundos de investimentos em Direitos Creditórios o valor contábil difere do valor justo, em face de existir um mercado de negociação para os títulos.

Derivativos

É importante ressaltar que o valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de swap e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando proteção contra efeitos adversos sobre suas dívidas em dólar.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Os valores foram estimados na data do balanço, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações. Entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa do valor justo mais adequado. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

- **Administração financeira de risco**

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia, portanto, fixou limites de atuação, com montantes e indicadores pré-estabelecidos na “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” (disponível no website da Companhia) e no regimento interno da diretoria da Companhia. A diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A política de administração de risco da Companhia foi estabelecida a fim de identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. Políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia.

A “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” foi estabelecida em 11 de maio de 2009 e teve sua última revisão em 20 de dezembro de 2012, a qual se encontra disponível no website da Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial as operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

a) Risco de liquidez

A administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possam ocorrer alterações significantes nos fluxos de caixa incluídos nesta análise.

	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
Fornecedores	58.816	-	-	-	2.615	61.431
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	172.642	55.661	289.699	149.263	91.061	758.326

b) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos das aplicações financeiras de suas disponibilidades são reduzidos,

em função de não haver concentração e a percepção de risco está aderente à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro”. A política também privilegia a alocação dos recursos em aplicações de curto prazo e, sempre que possível, com liquidez diária. Conta ainda com a supervisão do Comitê de Auditoria do Conselho de Administração, constituído no primeiro trimestre de 2010.

O risco de crédito da Companhia é representado por contas a receber, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a clientes inadimplentes. Adicionalmente, parte dos valores a receber relativos às transações de venda, compra de energia e encargos de serviço do sistema, realizados no âmbito da CCEE, estão sujeitas às modificações, dependendo de decisões de processos judiciais ainda em andamento, movidos por algumas empresas do setor. Esses processos decorrem da interpretação de regras do mercado, vigentes entre junho de 2001 e fevereiro de 2002, período do Programa Emergencial de Redução de Energia Elétrica.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações contábeis intermediárias foi:

	31/03/2013	31/12/2012
Caixa e equivalente de caixa	76.089	67.646
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	97.056	116.697
Consumidores e concessionárias	147.033	190.091
Títulos de créditos a receber	84.638	89.730
Conta a receber da concessão	170.182	147.049

O detalhamento desses créditos está apresentado nas notas explicativas nº 5, 6, 7 e 14.

c) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 17, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás, BNDES e BNB) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face de seus negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo “método do custo amortizado” com base em suas taxas contratuais.

O resultado da Companhia é suscetível a variações, em função dos efeitos da volatilidade do cupom cambial e da taxa de câmbio sobre os passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, que encerrou o período findo em 31 de março de 2013, com queda de 1,45% sobre 31 de dezembro de 2012, cotado a R\$2,0138/USD.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Energisa PB, em 31 de março de 2013 de R\$536.332 (R\$541.288 em 31 de dezembro de 2012), R\$233.493 (R\$240.671 em 31 de dezembro de 2012) estão representados em dólares, (i) emissão internacional de Notes Units, cujo saldo em circulação no final do período, incluído juros, era de US\$60,7 milhões (US\$57,7 milhões de principal); (ii) US\$17,2 milhões de empréstimo com o Banco Itaú BBA (US\$16,9 milhões de principal); e (iii) empréstimo captado junto ao Citibank, cujo saldo no final no exercício, incluindo juros monta em US\$40,1 milhões.

Os notes Units têm vencimento em 19 de julho de 2013 e custo de US\$ + 10,5% ao ano. Os empréstimos têm vencimento de longo prazo (vencimentos até 2017) e custos de até US\$ mais 4,33% ao ano.

O balanço patrimonial em 31 de março de 2013, apresenta no ativo não circulante o valor de R\$527 (R\$6.212 em 31 de dezembro de 2012) a título de marcação a mercado dos instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar. Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da

reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de hedge e não reflete a expectativa da Administração. À medida que os limitadores estabelecidos para as operações vigentes não forem ultrapassados, conforme abaixo descrito, deverá ocorrer a reversão do lançamento de marcação a mercado ora refletido nas informações contábeis intermediárias. Por outro lado, uma maior deterioração da volatilidade, do cupom cambial e da cotação do dólar poderão implicar no aumento dos valores ora contabilizados.

A Energisa PB possui proteção contra efeitos adversos sobre os financiamentos atrelados à variação cambial, conforme mencionados acima. Seguem os detalhes:

1. Proteção para o montante equivalente a US\$57,7 milhões de principal e US\$3 milhões de juros através de Série de Swaps Cambiais com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,580 (Jul-2013) pelo prazo até 19/07/2013, referente emissão internacional de Notes Units. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 10,5% a.a. por 131,50% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 19/07/2013 bem como o valor do principal nesta última data.
2. Proteção para o montante equivalente a US\$17,2 milhões de principal e juros de empréstimo captados junto ao Banco Itau BBA, através de Série de Swaps Cambiais com limitador de taxa de câmbio de R\$/US\$ 2,85 pelo prazo até 17/08/2015, referente ao empréstimo capitado junto ao Banco Itaú BBA. A operação reflete um Swap do custo do US\$ + 4,33% a.a. por 100% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 17/08/2015 bem como o valor do principal nesta última data.
3. Proteção para o montante equivalente a US\$40,1 milhões de principal e juros de empréstimo captados junto ao Citibank, através de Série de Swaps Cambiais com limitadores de taxa de câmbio entre R\$/US\$ 3,0185 (Set-2016) e R\$/US\$ 3,1975 (Set-2017) pelo prazo até 21/09/2017, referente ao empréstimo capitado junto ao Citibank. A operação reflete um Swap do custo do US\$ mais (LIBOR mais 1,90% ao ano) por 101% da variação do CDI, protegendo os pagamentos semestrais de juros previstos até 21/09/2017 bem como o valor do principal nesta última data.

No período findo em 31 de março de 2013 os mecanismos de proteção cambial auferiram um resultado negativo de R\$4.587 (R\$4.736 em 31 de março de 2012), decorrentes da desvalorização do dólar.

A Administração da Companhia está atenta aos movimentos de mercado, de forma que estas operações poderão ter sua proteção reestruturada, a depender do comportamento do câmbio (R\$/US\$), no que diz respeito à volatilidade e patamar de estabilização. A administração da Companhia procedeu a substituição dos derivativos mais complexos por estruturas mais simples e de maior liquidez, buscando menor exposição ao risco.

Resultados do 1º trimestre de 2013

Em consonância com a Deliberação CVM 603/09, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, vigentes em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012, que podem ser assim resumidos:

	Valor de Referência		Descrição	Valor Justo		Efeito Acumulado	
	31/03/2013	31/12/2012		31/03/2013	31/12/2012	A Receber/ (Recebido)	A Pagar/ (Pago)
	Nacional (BRL)					-	-
Swap com opções - Bond	83.732	88.174	Posição Ativa				
			Moeda Estrangeira- USD	121.682	129.543		
			Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI	(120.468)	(124.767)		
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(1)	(11)		
			Posição Total Swap Com Opções	1.213	4.765	125	-
Swap com Opções- Itaú BBA	34.138	34.138	Posição Ativa				
			Moeda Estrangeira- USD	36.115	37.450		
			Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI	(34.395)	(35.008)		
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(533)	(744)		
			Posição Total Swap Com Opções	1.187	1.698	-	(564)
Swap com Opções- Citibank	80.960	80.960	Posição Ativa				
			Moeda Estrangeira- USD Libor	82.756	84.920		
			Posição Passiva				
			Taxa de Juros CDI	(81.316)	(81.306)		
			Opções de Moeda Estrangeira (US\$)	(3.313)	(3.865)		
			Posição Total Swap Com Opções	(1.873)	(251)	-	(1.639)

O Valor Justo dos derivativos registrados em 31 de março de 2013 e 31 de dezembro de 2012 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº 17 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados descritos acima. Esses contratos não prevêem pagamentos intermediários antes da data de vencimento. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

A marcação a mercado (MtM) das operações da Energisa PB foi calculada utilizando-se metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar foram obtidas de outras fontes de mercado.

Análise de Sensibilidade

Em consonância com a Instrução CVM 475/08 e a Deliberação nº 604/2009, que revogou a Deliberação nº 566/2008, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de março de 2013, com a simulação dos efeitos nas demonstrações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das informações contábeis intermediárias):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros - Bond e Swap com Opções Itaú			7.228	(30.396)	(68.022)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD	157.797		150.567	188.208	225.850
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(154.863)	Alta do US\$	(154.863)	(154.863)	(154.863)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(534)		-	-	(28.227)
Subtotal	2.400		(4.296)	33.345	42.760
Líquido	2.400		2.932	2.949	(25.262)
Instrumentos financeiros - Swap com Opções Citi	-		14.550	(2.501)	(19.552)
Posição Ativa - Moeda Estrangeira - USD Libor	82.756	Alta do US\$	68.206	85.257	102.308
Posição Passiva - Taxa de Juros CDI	(81.316)		(81.316)	(81.316)	(81.316)
Opções de Moeda Estrangeira - USD	(3.313)		-	-	(2.674)
Subtotal	(1.873)		(13.110)	3.941	18.318
Líquido	(1.873)		1.440	1.440	(1.234)
Total	527		4.372	4.389	(26.496)

(*) Considera o cenário macroeconômico da Pesquisa Focus vigente em 31 de março de 2013, para as datas futuras até a liquidação final das operações.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa pré-fixada brasileira em reais para 31 de março de 2013, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente positivo de R\$4.372, que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), e desde que os limitadores dos instrumentos financeiros derivativos não sejam ultrapassados, o que faria com que a Companhia ficasse sem proteção, maiores serão os resultados positivos dos swaps. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, observaríamos períodos de ultrapassagem de alguns dos limitadores atualmente vigentes, levando a valores presente positivo de R\$4.389 e negativo de R\$26.496, respectivamente.

b. Variação das taxas de juros

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados as taxas de juros de 31 de março de 2013, seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI = 7,42% a.a., TJLP = 5% a.a. e FNE = 8% a.a) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto					
	151.859	Alta CDI	2.751	3.416	4.073
Instrumentos financeiros passivos:					
Empréstimos e financiamentos					
	(133.613)	Alta CDI	(2.838)	(14.231)	(16.740)
	(10.325)	Alta TJLP	(230)	(1.084)	(1.218)
	(106.869)	Alta FNE	(12.784)	(14.387)	(15.990)
Subtotal (**)	(250.807)		(15.852)	(29.702)	(33.948)
Total	(98.948)		(13.101)	(26.286)	(29.875)

(*) Considera o CDI de 30 de junho de 2013 (7,42% a.a.), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2012, TJLP 5% a.a. e recursos do FNE de 8% a.a. (operações contratadas junto ao Banco do Nordeste já refletindo o bônus de adimplemento).

(**) Não inclui as operações em dólar no valor de R\$233.493.

Hierarquia de valor justo

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo, utilizando um método de avaliação.

Os diferentes níveis foram definidos como a seguir:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Instrumentos financeiros	Nível	31/03/2013	31/12/2012
Ativos			
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	97.056	116.697
Instrumentos financeiros derivativos	2	527	6.212

Ressaltamos que não foram observados instrumentos financeiros classificados como Nível 1 e 3 durante o período em análise e que não ocorreram transferências de níveis para este mesmo período.

26 Benefícios a empregados
a) Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A Companhia é patrocinadora de plano de benefício previdenciário aos seus empregados, na modalidade de benefício definido. O plano de benefício definido é avaliado atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação

Resultados do 1º trimestre de 2013

de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

As práticas contábeis referentes ao reconhecimento dos benefícios a empregados - Plano de suplementação de aposentadoria e pensões, foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2013, por consequência a Companhia para manter melhor comparabilidade de seus balanços com a classificação adotada, efetuou ajustes nos saldo final do balanço de 31/12/2012 em relação ao originalmente publicado, conforme segue:

	Funasa		
	Plano PS	Plano BD	Total
(Ativo) Passivo registrado em 31/12/2012	6.814	26.249	33.063
(ajustes - CPC 33 (R1))	-	30.215	30.215
Saldos ajustados	6.814	56.464	63.278
Contribuições	370	1.427	1.797
Pagamentos de obrigações contratadas	(244)	(943)	(1.187)
(Ativo) Passivo registrado em 31/03/2013	6.940	56.948	63.888

No período findo em 31 de março de 2013, a despesa de patrocínio a esses planos foi de R\$1.797 (R\$2.142 em 31 de março de 2012).

b) Plano de saúde

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano desde que assumam a totalidade do custeio, não cabendo a Companhia, qualquer vínculo e ou obrigação pós-emprego com esses empregados. No período findo em 31 de março de 2013 as despesas com o plano de saúde foram de R\$654 (R\$503 em 31 de março de 2012).

27 Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Vigência	2013	2014	2015	2016	2017	Após 2016
2013 a 2046	377.843	359.196	376.074	392.374	409.133	6.698.527

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço corrente no final de junho de 2012, e foram homologados pela ANEEL.

- A energia requerida após 2011 encontra-se em processo de negociação junto ao gerador.
- Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa, Itaipu e Angra I e II.

28 Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica

Em 15 de janeiro de 2001, foi outorgado à Energisa PB a distribuição de energia elétrica em 216 municípios no Estado da Paraíba, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão já foi homologado junto à ANEEL.

29 Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 31 de março de 2013, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são como seguem:

	31/03/2013	31/12/2012
Atualização contas a receber da concessão - VNR	403	15.770
Contas a receber da concessão	23.100	100.448
Fornecedores	6.956	12.118
Dividendos a pagar	-	35.391
Capitalização de reservas	-	22.943
Outros resultados abrangentes	(20.127)	(20.127)

30 Evento subsequente

Aumento de capital

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de abril de 2013, foi aprovado: (i) aumento de capital da Companhia em R\$39.289, sem emissão de novas ações, mediante capitalização do saldo da reserva de capital - Incentivo Fiscal - Redução de Imposto de Renda, passando o capital social para R\$425.805; (ii) cancelamento de 422 ações ordinárias e 356 ações preferenciais classe "A" que se encontram em tesouraria pelo valor de R\$538, a serem absorvidas pela reserva de capital - reserva de remuneração de imobilizações; e (iii) conversão da totalidade das ações preferenciais nominativas da Companhia em ações ordinárias nominativas, na proporção de um para um, passando o capital acima mencionado a ser representado por 619.467 ações ordinárias nominativas e 298.693 ações preferenciais nominativas, sem valor nominal.

Dividendos

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 24 de abril de 2013, foi deliberado o pagamento de dividendos adicionais, relativos ao exercício de 2012, no montante de R\$9.479, equivalentes a R\$10,323876208 por ação ordinária, a serem pagos em 2 (duas) parcelas, até o último dia útil dos meses de junho e setembro de 2013, podendo ser antecipados por decisão da administração da Companhia.

Captação de recursos

Em abril de 2013 a Companhia concluiu a captação de recursos junto ao Banco Itau BBA, objetivando fazer frente à liquidação do empréstimo em moeda estrangeira "Notes Units", programado para julho de 2013. O montante de R\$120.000 foi contratado junto ao Banco Itaú BBA em 17 de abril de 2013, com juros pagos trimestralmente equivalentes a US\$ + 3,49% a.a, e amortização de principal em 17/04/2017 e 17/04/2018. Simultaneamente foi também contratada operação visando proteção contra variação cambial adversa do dólar por meio de swap cambial com limitadores de taxa de câmbio de R\$/US\$ 3,11 (17/04/2017) e R\$/US\$ 3,30 (17/04/2018), realizando assim um swap (incluindo Imposto de Renda) para um custo equivalente a 108,95% da variação do CDI. O pagamento de juros trimestrais também foi swapado para 108,95% da variação do CDI, porém não existe limitador de proteção.

Os limitadores de proteção foram estabelecidos em observância à Política de Gestão de Riscos Decorrentes de Mercado Financeiro, ou seja, em níveis 20% acima da taxa de câmbio futura, na data de contratação.

A contratação acima demonstra a disciplina e prudência na gestão financeira do Grupo Energisa, na antecipação da captação dos recursos, aproveitando oportunidades em termos de prazo e custo da dívida, que refletirão importante economia em relação à operação que será liquidada em julho de 2013, e, adicionalmente, preservando a independência na gestão de caixa.

Relatório sobre a Revisão de Informações Trimestrais

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A.
João Pessoa - PB

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias da Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2013, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e com a norma internacional *IAS 34 - "Interim Financial Reporting"*, emitida pelo "*International Accounting Standards Board - IASB*", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBCTR2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e *ISRE2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity"*, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações financeiras intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e o *IAS 34*, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Ênfases

Reapresentação dos valores correspondentes em 31 de dezembro de 2012 e período de três meses findo em 31 de março de 2012

Conforme mencionado na nota explicativa nº 3.2, em decorrência da mudança de política contábil prevista CPC 33 (R1) / IAS 19 - Benefícios a empregados, os valores correspondentes ao balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as informações financeiras intermediárias correspondentes às demonstrações de resultado, dos resultados abrangentes, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado (informação suplementar), referentes ao período de três meses findo em

Resultados do 1º trimestre de 2013

31 de março de 2012, apresentados para fins de comparação, foram ajustados e estão sendo reapresentados como previsto no CPC 23 / IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26 (R1) / IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis. Nossa conclusão não contém modificação relacionada a esse assunto.

Repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE

Sem modificar nossa conclusão sobre as informações financeiras intermediárias para o período de três meses findo em 31 de março de 2013, chamamos atenção para o assunto descrito na nota explicativa nº 23, referente ao registro feito pela Companhia, na forma de redução do custo de energia comprada para revenda, de repasses de recursos da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Revisamos, também, a demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao período de três meses findo em 31 de março de 2013, preparada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações financeiras intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas *IFRS*, que não requerem a apresentação da DVA. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foi elaborada, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 9 de maio de 2013

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC 2SP 011.609/O-8 "S" PB

Antônio Carlos Brandão de Sousa
Contador
CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" PB

Para esclarecimentos e informações adicionais, não hesite em nos contatar:

- ✓ **Maurício Perez Botelho**
Diretor de Relações com Investidores
E-mail: mbotelho@energisa.com.br
- ✓ **Cláudio Brandão Silveira**
Diretor de Finanças Corporativas
E-mail: claudiobrandao@energisa.com.br
- ✓ **Carlos Aurélio Martins Pimentel**
Gerente de Relações com Investidores
E-mail: caurelio@energisa.com.br
- ✓ **No Rio de Janeiro (RJ): Av. Pasteur, 110 / 5º e 6º andares**
Tel.: (21) 2122-6900 / 6902
Fax: (21) 2122-6980 / 6931
- ✓ **Em Cataguases (MG): Praça Rui Barbosa, 80**
Tel.: (32) 3429-6226 / 6000
Fax: (32) 3429-6317 / 6480
- ✓ **Internet: www.energisa.com.br**
E-mail: stockinfo@energisa.com.br